

Diversidade cultural, culturas populares e participação no Colegiado Setorial de Culturas Populares, do Ministério da Cultura (MinC): uma análise a partir dos canais comunicacionais e participativos¹

Giordanna Santos (UFBA)²

Resumo: Pensando-se a diversidade cultural não como um bem a se preservar, mas como um recurso a ser fomentado, identifica-se que as práticas participativas nas políticas públicas para as culturas populares são uma maneira de se desenvolver esse segmento, por meio do controle social das políticas culturais. Os estudos sobre participação e os espaços participativos estão cada vez mais recorrentes nas diversas áreas das políticas públicas, no entanto, nas culturas populares tal debate ainda está mais usual na prática do que sistematizado por meio de embates teóricos; o que justifica a importância das pesquisas desenvolvidas sobre essa área. Dessa maneira, esta comunicação traz um recorte da pesquisa de doutorado (em andamento) sobre a participação no Colegiado Setorial de Culturas Populares, vinculado ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Nota-se também que a concepção de espaços participativos integra uma nova forma de conceber e executar políticas culturais, à luz da concepção de cultura em sentido amplo e do desenvolvimento da diversidade cultural. Desse modo, este trabalho traz breves e iniciais apontamentos da análise da participação e representação da esfera civil no Colegiado de Culturas Populares, a partir da observação dos canais de participação e canais de comunicação. Para tanto, vale-se dos resultados de uma pesquisa empírica desenvolvida sobre o Colegiado, no período de março de 2011 a janeiro de 2014. Consideram-se como canais de participação a Pré Conferência Setorial de Culturas Populares (2010), o Fórum Setorial de Culturas Populares (2012), as reuniões ordinárias e extraordinárias, a Consulta Pública Online sobre Plano Nacional de Cultura. Os canais de comunicação a serem observados são site do MinC, no que tange ao Colegiado, bem como blogs do CNPC e do Colegiado de Culturas Populares, blog da II Conferência Nacional e Cultura e das setoriais (no caso apenas das Culturas Populares).

Palavras-chave: Políticas Culturais; Conselhos de Políticas Públicas; Canais de participação e comunicação; Diversidade Cultural; Culturas Populares.

1. Apresentação

Esta comunicação traz resultados iniciais da pesquisa de doutorado “Participação Política no Colegiado Setorial de Culturas Populares, do Ministério da Cultura (MinC): uma análise a partir dos canais comunicacionais e participativos”. Nesse estudo, iniciado em 2011 e com conclusão em 2015, trabalha-se com os

¹ Artigo também encaminhado para o XII Congreso Internacional sobre Nuevas Tendencias en Humanidades, na Universidad San Pablo CEU, em Madrid, España.

² Doutoranda no Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato: giosants@gmail.com

seguintes questionamentos: como se dá a participação política no Colegiado de Culturas Populares, levando-se em consideração o conceito de participação a partir de cidadania? Há efetividade no modelo adotado? O setor das culturas populares participa, acompanha e interage com esse órgão colegiado? Sendo essas perguntas verificadas por meio da análise dos canais de participação e comunicação, e tendo o embasamento teórico das seguintes categoriais conceituais: cidadania, diversidade cultural, culturas populares, participação e representação, políticas culturais e canais participativos e comunicacionais.

Assim, norteando-se a partir desses problemas de pesquisa, tem-se a priori as seguintes hipóteses: há elementos de participação e representação na atuação desse órgão colegiado; crê-se que a maioria dos atores das culturas populares não conheçam o Colegiado e suas ações. Atribui-se a isso problemas de desenvolvimento da comunicação e divulgação do órgão.

Este trabalho se justifica por trazer ao campo acadêmico, social, político e cultural uma análise que ainda não ocorreu desse objeto. A contribuição está em mostrar como as ações com a participação da esfera civil em políticas culturais ocorrem tanto no âmbito da observação do uso de canais de participação como também da utilização de canais de comunicação.

Compreende-se, para fins deste projeto, que canais de comunicação são os dispositivos que promovem a comunicação do Colegiado Setorial de Culturas Populares, utilizados para interação/discussão entre os atores sociais que compõem o órgão, bem como o setor envolvido. Dentre eles, está, principalmente a Internet – com o uso de emails, grupo de discussão, site do Ministério da Cultura e blogs. Já os canais de participação podem ser os utilizados para se promover a participação no Colegiado e/ou em ações correlatas a ele. Assim, alguns canais de comunicação também podem promover a participação; exemplo: Consulta Pública (site do Plano Nacional de Cultura).

O Colegiado Setorial de Culturas Populares iniciou suas atividades em 2010, durante a Pré Conferência de Culturas Populares, na qual se elegeram representantes regionais para a formação do 1º Colegiado Setorial de Culturas Populares.

É analisado apenas o primeiro biênio (2010-2012) de atuação do órgão; mas também se leva em conta os processos eleitorais, ou seja, como foi composto o primeiro Colegiado e como foi feita a eleição para a composição do segundo.

A pesquisa de Doutorado de caráter exploratório faz uso das técnicas de coleta de dados por meio da observação participante e assistemática; bem como com as técnicas de observação direta extensiva, dentre elas o uso de questionário e formulário. Com intuito de analisar os sentidos da participação de acordo com objeto estudado, foram também utilizadas duas formas de pesquisa, além da exploratória. São elas a documental, baseada em fontes primárias como os documentos públicos do órgão, e a bibliográfica, feita a partir de fontes secundárias, por meio da revisão bibliográfica do tema em questão.

No que tange à pesquisa qualitativa, foram coletados os depoimentos de alguns membros do Colegiado Setorial de Culturas Populares e dos gestores vinculados ao órgão colegiado, cujos dados foram analisados a partir do referencial teórico. Também se desenvolveu a aplicação de questionário estruturado com alguns membros do Colegiado, sendo que a abordagem inicial ocorreu na penúltima reunião do ano de 2011 (primeiro semestre).

No entanto, apesar de apresentada a pesquisa e tentando obter a participação dos 15 membros, todos solicitaram o envio de questionário por correio eletrônico. Após o encaminhamento, de acordo com solicitado, obteve-se apenas uma resposta. Além dessa, um membro que à época estava como representante do Governo, porém depois assumiu vaga no segundo biênio como membro da esfera civil, também aceitou participar da pesquisa.

Dessa maneira, por não se obter o retorno desejado dos membros do Colegiado acerca dos questionários aplicados por email, decidiu-se realizar a incursão presencialmente. Assim, obteve-se a participação, por meio de entrevista semiestruturada, e realizada de forma presencial, com um representante dos mestres de saber e cultura popular, que foi reeleito para o segundo biênio. Por fim, conseguiu-se realizar entrevista semiestrutura também com uma suplente, que teve atuação em pelo menos duas reuniões do Colegiado. As entrevistas com os membros do Colegiado são consideradas como elementos para mensurar e analisar, principalmente, os canais de participação, mas de modo indireto também se pode aplicar ao uso dos canais comunicacionais.

Com relação às ações realizadas durante pesquisa de campo, participou-se das reuniões ordinárias do Colegiado Setorial de Culturas Populares durante o período pesquisado (biênio 2010-2012), realizadas em Brasília (DF), bem como uma extraordinária realizada em São José dos Campos (SP) durante o Congresso

Brasileiro de Folclore, em 2011. Essa incursão in loco serviu para análise, assim como as entrevistas, dos canais participativos.

Posteriormente a participação nas reuniões, realizou-se a coleta das cópias das atas das reuniões (que até o primeiro semestre de 2012 eram disponibilizadas algumas atas no site do CNPC) e todos os outros documentos pertinentes para análise, observando as discussões e intervenções dos atores sociais envolvidos no processo, reunindo, assim o material empírico para a realização da pesquisa.

Além das entrevistas e dos questionários, como dados complementares à pesquisa, utilizou-se também do Decreto que institui o Conselho Nacional de Política Cultural (Decreto nº 5520 de 24 de agosto de 2005), do regimento interno do Conselho (Portaria nº 28 de 19 de março de 2010), a portaria de nomeação do Colegiado, Regimento Interno do Colegiado; bem como as impressões extraídas da Pré Conferência Setorial de Culturas Populares (2010), do Fórum Setorial de Culturas Populares (2012), da II Conferência Nacional de Cultura, eventos realizados no período pesquisado, bem como das atas das reuniões ordinárias.

Como fontes secundárias, utilizou-se os sítios eletrônicos da do Ministério da Cultura (MinC), blogs do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), blog do Colegiado Setorial de Culturas Populares; Blog da II Conferência Nacional de Cultura (IICNC), os quais são considerados nesta pesquisa como os canais de comunicação.

Assim, têm-se resultados parciais da abrangência do órgão, bem como se iniciou a análise dos canais de comunicação e participação. Reforça-se que além das entrevistas, também serão analisadas as atas de reunião do Colegiado, bem como site do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), blog das setoriais (Conferências e Pré Conferências Setoriais de Cultura), consultoria online do Plano Nacional de Cultura (PNC); sendo as reuniões consideradas prioritariamente como canal de participação, o site e o blog são tratados como canal de comunicação e a consulta pública sobre o PNC é analisada como canal de participação. É possível que um canal de participação, como as reuniões, também seja de comunicação, no entanto, para a sistematização de análise adotada na investigação doutoral busca-se observar a função prioritária desses canais.

2. Políticas culturais: cidadania, diversidade cultural e participação

A cidadania pode ser expressa como condição fundamental para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil, sendo que ambos os conceitos são uma construção. Não se tem a democracia e cidadania plenas, na verdade, deve-se pensar em processo de construção democrática. Nesse sentido de construção, acredita-se que a cidadania, assim como a democracia, é um processo social e pressupõe lutas de forças, relações de poder, é construído e acima de tudo conquistado. “Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível” (CARVALHO, 2004, p. 09). Os debates sobre cidadania e participação no contexto brasileiro podem ser relacionados com o avanço da atuação dos movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 70-80.

O destaque inicial foi a emergência dos movimentos sociais populares urbanos, reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia. Eles também tiveram papel de destaque nas frentes de luta contra o regime militar. O tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta. [...] Alguns movimentos transformaram-se em redes de atores sociais organizados, ou fundiram-se com ONGs, ou rearticularam-se com as novas formas de associativismo que surgiram nos anos 90. [...] (GOHN, 2003, p. 7-8).

Durante meados dos anos 90, mesmo com uma política mais voltada para neoliberalismo, ocorrem ações de mobilização social que se dão a partir dos movimentos sociais. Segundo Maria da Glória Gohn (2003, p.08), cumpre registrar também que desse período alguns movimentos se articularam com as novas formas institucionalizadas de participação social presentes nos inúmeros conselhos, especialmente Conselhos Gestores, os Conselhos de Representantes Municipais, os Conselhos de Orçamento Participativo.

Assim, pôde se ver uma substituição da concepção de política, como argumenta Maria do Carmo A. A. Carvalho (1998, p.08), e de participação, que era entendida e realizada como confronto – muito presente nos períodos ditatoriais –, mas dá lugar à participação entendida como disputa e negociação. A reivindicação de participação popular, formulada pelos movimentos sociais, torna-se exigência de participar da gestão da sociedade.

Diante desse contexto, considera-se que a participação nas políticas públicas no Brasil nunca foi tão atual e debatida, principalmente a partir dos anos 2000. Vê-se essa efervescência e mobilização popular inicialmente nas áreas de saúde, reforma urbana, assistência social e orçamento participativo.

Nota-se que o modelo participativo, a partir da Constituição Federal de 1988, reforça-se com a presença, a atuação e a reivindicação dos movimentos sociais, porém vai além dessa rede de atores. Atualmente, em algumas áreas os próprios cidadãos, de forma individual, estão buscando a participação como meio de controle social das políticas públicas. A participação na construção de políticas culturais começa a ser pensada e sistematizada, principalmente, a partir de 2003. Até mesmo áreas, como culturas populares e indígenas, que não faziam parte do rol de políticas públicas passam a ser inseridas.

Muda-se para uma concepção antropológica da cultura e se estabelece um modelo participativo, buscando-se a democracia participativa que é a aposta da nova gestão do Ministério da Cultura. Assim, há um aprimoramento das instituições (ou mecanismos) democráticas e participativas, como Conselhos e Colegiado; não mais com composição dos anteriores Conselhos de épocas ditatoriais, mas sim com a representação e participação de atores sociais, no intuito de construção e acompanhamento/controle de políticas setoriais. Observa-se isso no discurso do próprio Ministério.

O Ministério da Cultura tem buscado promover o envolvimento da sociedade nas políticas públicas da área, bem como no acompanhamento de suas ações, alinhando-se a experiências participativas de outras áreas que refletem o amadurecimento da democracia brasileira. Trata-se de uma corresponsabilização entre Estado e sociedade civil, que assumem papéis complementares nas etapas de planejamento, formulação, execução e acompanhamento. O entendimento é que, dessa forma, aprofunda-se a construção republicana e se confere qualidade e efetividade à atuação do poder público, no sentido de que as ações espelhem as necessidades dos cidadãos e grupos sociais. [...] Para que essa realidade se efetive, é necessária a construção de instâncias adequadas. A sequência de encontros do Seminário Cultura para Todos, em 2003, foi o primeiro esforço de mobilização do MinC. [...] Nesse conjunto de ações agregadoras, a criação das Câmaras Setoriais permitiu que representantes de setores artísticos organizados e instituições e empreendimentos culturais contribuíssem par ao diagnóstico de demandas e a avaliação de prioridades. [...] Nos anos seguintes, um conjunto de políticas seria delineado a partir de consultas amplas, que abririam canais de diálogo a grupos sociais por meio de seminários, fóruns e conferências (MinC, Cultura em três dimensões – Material Informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010, p. 16).

Compreende-se que a participação de representantes da esfera civil no Colegiado pode ser considerada como uma participação política, mas também cidadã.

Por isso, usa-se a concepção de participação cidadã, juntamente com a política, como propõem Teixeira (1997) e Gohn (2003).

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. [...] A Participação Cidadã envolve direitos e deveres (diferentemente da concepção neoliberal de cidadania, que exclui os direitos e só destaca os deveres, vendo o cidadão como um mero cliente de um mercado ou um usuário de um serviço prestado); os deveres, na perspectiva cidadã, articula-se à ideia de civilidade, a concepção republicana do cidadão (GOHN, 2003, p. 18).

Teixeira salienta que participação cidadã não exclui os mecanismos institucionais já existentes, mas sim insere outros canais que proporcionam e legitimam a participação da esfera civil. Assim, para o autor, não há negação de representação, apenas se tenta um aprimoramento no sentido de tornar “mais frequentes e eficazes certos instrumentos de participação semidireta (plebiscito, referendo, iniciativa popular de projeto de lei, democratização dos partidos)” (1997, p. 192).

3. Conselhos de Políticas Culturais

Segundo Lia Calabre (2010, p. 60), o modelo dos Conselhos de Cultura já existia desde a década de 1930. A autora ressalta que as políticas culturais, no Brasil, tiveram dois momentos de destaque: o Governo Vargas (1930-1945) e parte da ditadura militar (1966-1982). O Conselho Nacional de Cultura, por exemplo, foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 526 de 1º de julho de 1938, como órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde (MES), na gestão do ministro Gustavo Capanema.

Apesar de não se ter informações da existência efetiva desse primeiro Conselho Nacional de Cultura, a gestão do ministro Gustavo Capanema é tida como o período inicial da elaboração de uma permanente política cultural. No período militar, entre as décadas de 1960 e 1970, de acordo com Lia Calabre (2010, p. 66), as questões de cultura ganharam uma maior importância dentro do setor público. Em fevereiro de 1961, foi promulgado o Decreto nº 50.293, criando o Conselho Nacional de Cultura. Observa-se um apagamento da memória, pois em nenhum momento se faz referência ao primeiro conselho.

Em novembro de 1966, é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), por meio do Decreto-Lei nº 74. Porém, o Conselho foi instalado apenas no ano seguinte. Já no fim do período ditatorial ocorrem mobilizações sociais pelas eleições diretas. Tem-se também a promulgação da Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã por prever em seu texto direitos para as minorias excluídas do processo político-social e principalmente por inserir a participação dos cidadãos na política brasileira, por meio de ações como iniciativa popular, referendo e plebiscito, dentre outras ações que reforçam a cidadania. Assim o esforço da construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985.

Os conselhos são retomados principalmente a partir dos anos 2000 e com uma nova proposta, pois na contemporaneidade se busca a participação paritária, o controle social, com olhar para uma governança colaborativa. Dessa maneira, os atuais conselhos – que se iniciam a partir da Constituição Federal de 1988, mas na cultura se deu essencialmente a partir dos anos 2000 – não são apenas órgãos colegiados de assessoramento do governo e tampouco apenas são compostos por “notáveis”, membros indicados pelo próprio governo.

Conselhos de Política Cultural são instrumentos de participação e pactuação entre governo e esfera civil, bem como são elementos fundamentais para a implantação dos sistemas municipais, estaduais e Nacional de Cultura, no Brasil. Esses sistemas de cultura visam a cooperação entre os entes federativos, a descentralização das políticas culturais, a participação da esfera civil, a instituição de uma política pública para cultura que ultrapasse governos, ou seja, criar política de Estado para Cultura.

4. Políticas Setoriais para Culturas Populares

As atuais políticas públicas para cultura popular, implantadas a partir de 2003, são, na verdade, integrantes de um processo que já vinha ocorrendo, não só no Brasil, mas no mundo todo, principalmente a partir de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), vinculada à ONU (Organização das Nações Unidas). Sobre esse percurso, Claudia Márcia Ferreira, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) diz:

A área de atuação e de estudos de folclore e cultura popular no Brasil estruturou-se há algumas décadas, como resultado de ampla

movimentação nacional e internacional. Um impulso decisivo foi a recomendação da Unesco, no pós-guerra, no sentido de que seus países membros criassem organismos voltados para o conhecimento das culturas populares (2001, p. 1).

Observa-se que as diretrizes culturais propostas pela Unesco nortearam as políticas culturais para comunidades “tradicionais” no pós-guerra; e isso também ocorre na década de 1990, com a retomada do regime democrático no Brasil.

Pelo menos desde 1972, a preocupação com a preservação e a valorização do patrimônio cultural se tornou causa mundial. Vários países firmaram, na 17ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, a Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, colocando, entretanto, sob esse guarda-chuva apenas bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais. [...] Desses estudos resultou, em 1989, na 25ª. Reunião da Conferência Geral da Unesco, a Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Esse texto, até a promulgação, pela Unesco, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, fundamentou as ações de preservação de bens culturais dessa natureza em todo o mundo. Constituiu-se em primeiro passo para a construção de um documento legal que firmasse as diretrizes do trabalho de salvaguarda no plano internacional. Tal documento, consubstanciado na nova convenção de 2003, teve participação decisiva dos especialistas brasileiros que já vinham desenvolvendo reflexões sobre o tema (IPHAN, 2006, p. 15-16).

Os resultados concretos das discussões, debates e mobilização do setor de cultura popular aparecem a partir de 2000. Em 2001, a Unesco publica a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Quatro anos depois, institui a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. No contexto brasileiro, em 2007, é aprovado o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a denominação: “povos e comunidades tradicionais”.

Observa-se que o esforço de alguns gestores na área de cultura no âmbito nacional, a partir de 2003, também contribui para ampliação das políticas culturais e valorização das culturas populares. Mas não se pode deixar de analisar que muitas ações no setor do patrimônio imaterial (e de culturas populares) também estão em consonância com os preceitos estabelecidos em nível mundial, por meio da Unesco.

A partir de 2003, o governo federal, por meio do Ministério da Cultura (MinC), inicia um processo de aproximação com a esfera civil. O principal instrumento utilizado pelo Ministério da Cultura foi a promoção de eventos com participação de ativistas da área cultural e membros de grupos de culturas populares. O primeiro evento de maior



abrangência foi o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (I SNPPCP) e a I Conferência Nacional de Cultura, realizados em 2005. Após a I Conferência Nacional de Cultura, criou-se o Grupo de Trabalho para as Culturas Populares, no qual a maioria dos integrantes era de movimentos culturais (produtores e gestores culturais), participantes do poder público, mas houve também alguns mestres(as) de culturas populares.

A Conferência Nacional de Cultura pretende, com a participação da sociedade civil e governos federal, municipais e estaduais, construir um novo modelo de política pública de cultura. Pela primeira vez na história do Brasil será realizada uma conferência nacional de cultura que consolidará a união entre a sociedade civil e Governo, na formulação e execução de políticas públicas de cultura. A conferência vai reunir em Brasília, de 13 a 16 de dezembro, 1200 representantes das diversas áreas culturais e de todas as regiões do País. Estarão em debate o Plano Nacional de Cultura e questões como gestão pública da cultura, direitos e cidadania, economia da cultura e patrimônio cultural. O principal objetivo da 1ª CNC é contribuir na formulação de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, promulgado na Constituição Brasileira em 10 de agosto de 2005. [...] A conferência será sobretudo um canal de comunicação que ampliará a transversalidade da cultura, na medida em que dará voz ao cidadão, às entidades e movimentos sociais que vêm surgindo e se mobilizando pelo direito à fruição, ao fazer cultural e à afirmação da diversidade cultural brasileira. (MINC, 2005)

As Conferências de Cultura (I CNC e II CNC) integram a estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), que é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura e foi reestruturado a partir do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, porém em funcionamento a partir de 2007. A principal diferença entre este modelo atual do CNPC e os Conselhos de Cultura anteriores foi integrar a esfera civil de dois modos: Colegiados Setoriais e/ou Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho; representação desses colegiados no Plenário do CNPC.

Nota-se que além das conferências, a gestão Gil/Juca Ferreira (2003-2010) privilegiou a organização de eventos, no qual a participação dos atores sociais era fundamental para se realizar o debate e a interação entre os diversos atores envolvidos na construção de políticas culturais. Em 2006, com objetivo de continuar e consolidar as ações do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (SNPPCP), realizou-se o II Seminário Nacional de Políticas para as Culturas Populares.



Em 2010, em processo similar ao realizado em 2005, antes de acontecer a II Conferência Nacional de Cultura (II CNC), ocorrem etapas municipais e estaduais para apresentação das ações da I CNC e em que consistiria a II CNC. Nessas etapas regionais saíam três delegados, dentre eles mestres(as) de culturas populares e outros atores sociais desse setor, para participarem das Pré-Conferências Setoriais de Cultura, e desta sairia um representante de cada área para compor a II Conferência.

Para escolher os delegados das Pré-Conferências o sistema foi totalmente on-line. Os interessados preenchiam um formulário no site do MinC e, segundo o edital, depois deveriam enviar um dossiê, contendo currículo, portfólio com ações na área de cultura, bem como cartas de indicação sobre o ativismo na área cultural. As reuniões regionais serviram, basicamente, para apresentar as ações governamentais e tentar estreitar laços com governos municipais e estaduais, na busca da chamada cooperação entre entes federativos, pois na época estava em discussão a construção de um Sistema Nacional de Cultura; visava-se que os entes não só aderissem ao Sistema, como usasse o modelo para construção de Sistemas Municipais e Estaduais de Cultura.

Na Pré-Conferência Setorial para as Culturas Populares foram eleitos três representantes de cada região, entre eles um da área de Líderes Comunitários (são os “fazedores de cultura”, mestres(as) de saberes populares), um representante regional e um para mediador cultural. Assim, totalizaram 15 representantes titulares e 15 suplentes que compuseram o 1º Colegiado Setorial de Culturas Populares. Anteriormente ao Colegiado, havia apenas um Grupo de Trabalho sobre Culturas Populares. O mandato do Colegiado começou em abril de 2010, com publicação posterior no Diário Oficial da União, e segue até final do primeiro semestre de 2012, quando se inicia o processo de seleção e eleição de novos membros para o Colegiado, em processo similar ao ocorrido em 2010.

5. Colegiado Setorial de Culturas Populares (2010-2012)

O modelo dos Colegiados Setoriais se inicia, primeiramente, com as Câmaras Setoriais para segmentos das artes ligadas à Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), depois em algumas áreas – como Culturas Populares e Culturas

Indígenas – instalaram-se Grupos de Trabalho e, por fim, instituíram-se os Colegiados Setoriais.

Para compor esses Colegiados os interessados se inscreveram no site do MinC e a partir da seleção escolheram-se delegados para representar os Estados e/ou regiões nas Pré Conferências Setoriais de Cultura (2010). Somente depois que foram eleitos os representantes que compuseram o Colegiado de Culturas Populares. Sendo assim, foram escolhidos 15 representantes titulares e 15 suplentes, sendo 6 (dentre titulares e suplentes) de cada região do país.

No caso dos Colegiados identifica-se que se aplicam os mecanismos institucionais de representação, somados a instrumentos participativos. A participação pode ser compreendida como uma ação conjunta entre Estado e esfera civil em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos.

Por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada de decisões, orientando o Governo a adotar medidas que realmente atendam ao interesse público. Ao mesmo tempo eles podem exercer o controle sobre a ação do Estado, exigindo que o governante preste contas dos seus atos de gestão. Por isso, considerando esse sentido utilizado de participação, acredita-se que o modelo proposto pelo Colegiado Setorial de Culturas Populares apresente elementos de representação e participação.

Acrescenta-se que durante o primeiro ano (2010) se deu a maior parte das ações de participação no Colegiado. Naquele período, ainda não havia ocorrido troca de gestão no MinC e nem no governo federal. As principais ações desenvolvidas foram a construção do Plano Nacional de Cultura, sendo cada colegiado setorial responsável por elaborar metas e ações relacionadas ao seu segmento; criação de regimento interno do Colegiado de Culturas Populares e do Plano Setorial de Culturas Populares.

A partir do segundo ano de trabalho do Colegiado Setorial de Culturas Populares observa-se que com a mudança ministerial o órgão, bem como a continuidade de suas ações, sofreu uma estagnação. Assim, acredita-se que o intuito de se construir políticas de Estado – um dos principais pontos enfatizados pelo governo Lula – não conseguiu ser alcançado.

Mesmo por que os instrumentos que garantiriam a continuidade das ações (sendo os principais o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura) não

foram concluídos na referida gestão. O PNC foi colocado em Consulta Pública (online) no segundo semestre de 2011, a consulta pública para a definição das metas do PNC é parte de um processo participativo que se iniciou em 2003.

Vale ressaltar que o Sistema Nacional de Cultura foi aprovado em novembro de 2012, por meio da emenda constitucional nº71 de 29 de novembro de 2012, que acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

Assim, observa-se que um reflexo da “nova postura” do Estado, no setor cultural, é que, atualmente, se pensa a “cultura como direito dos cidadãos e [como] um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam às possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010)”.

Crê-se que eleger alguns representantes regionais não é necessariamente incluir a sociedade brasileira no processo de construção de políticas culturais, mas sim uma interação (em processo) com alguns representantes da esfera civil, mas que necessita de outros fatores, como divulgação, ou seja, os canais participativos podem ser melhorados se há a utilização de canais de comunicação como forma de transparência das ações do Conselho e dos colegiados.

De 2010 a 2012, observou-se o blog da Setorial de Culturas Populares, porém este só teve atualizações no período em que ocorreu as Pré Conferências Setoriais (2009, durante divulgação e seleção; 2010 durante as pré conferências). Acredita-se que este instrumento poderia ser usado como canal de comunicação entre os colegiados setoriais e a sociedade. No link do CNPC, inserido no site do MinC, as atualizações também só se davam em período de reunião dos colegiados ou do Conselho. Mesmo assim as notícias se referiam aos seguintes assuntos: data de reuniões e atas, sendo estas, muitas vezes, atualizada meses depois da data da reunião do Colegiado.

Na concepção de cultura usada pelo MinC compreendem-se as políticas culturais como construção de variados atores sociais, visando o desenvolvimento cultural. Na Convenção sobre a Proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais um dos artigos enfatiza a importância da participação da esfera civil, reforçando a necessidade de encorajá-la a participar desse processo de políticas culturais. Segundo a UNESCO:



Políticas e medidas culturais referem-se às políticas e medidas relacionadas à cultura, seja no plano local, regional, nacional ou internacional, que tenham como foco a cultura como tal, ou cuja finalidade seja exercer efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo a criação, produção, difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e o acesso aos mesmos (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005, p. 06).

O Plano Nacional de Cultura traz em uma de suas diretrizes o seguinte preceito: “criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas”.

Desse modo, segundo essa diretriz, os atores sociais não apenas validam e exercem o controle social por meio da sua participação nesse processo, como também devem levar as necessidades das suas comunidades para o Governo, auxiliando no processo de elaboração das políticas culturais desse setor. Porém, questiona-se como a sociedade pode obter informações sobre a construção dessas políticas, pois os canais de comunicação ainda são restritos a um blog desatualizado e site do CNPC, que tem poucas informações.

No final de 2013, foi encaminhado o primeiro email questionando, porém não se obteve resposta. Novamente, no início de 2014, buscou-se o órgão colegiado. Respondendo a esse questionamento, o CNPC, via correio eletrônico assinado por uma servidora, em 30 de janeiro de 2014, diz:

“Informamos que a nova página virtual do Conselho Nacional de Política Cultural está em fase de conclusão de desenvolvimento e terá sua atualização concluída em breve para que as informações solicitadas e mais informes estejam disponíveis ao público”.

Os representantes das cinco regiões do país que compõem o Colegiado podem transmitir as deliberações e debates ocorridos durante as reuniões do órgão em suas regiões, porém, muitas vezes isso se dará em suas comunidades ou grupos culturais e não na totalidade do campo cultural em sua região ou ainda no país. Por isso, mesmo com esse discurso mais “inclusivo” para as culturas populares, ainda há o que se avançar no campo das políticas setoriais desta área, pois elas ainda estão no âmbito de Políticas de Governo e não propriamente de Estado; além de não utilizarem os canais de comunicação como forma de se promover a participação.

Referências

- AMARAL, Maria Céri da Silva. A Gestão em Questão: da (des)construção à (re)construção. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação Social no Brasil hoje. Cadernos Pólis. 1998.
- Congresso de Cultura Iberoamericana (2º:2009; São Paulo, SP). Anais do II Congresso de Cultura Iberoamericana: cultura e transformação social. Brasília, Ministério da Cultura; São Paulo, SESC, 2010.
- DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, Governo Federal.
- FERREIRA, Cláudia Márcia. Cultura Popular e Políticas Públicas. Seminário Patrimônio Cultural e Identidade Nacional, setembro 2001. Documento acessado em 16/04/2012, in: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Cultura_Pop_e_Politiclas_Publicas/CNFCP_Frente_Parlam_entar_Claudia_Ferreira.pdf
- GOHN, Maria da Glória (org.) Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Polis; Brasília-DF: Ministério da Cultura, 2007. 232 p.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A trajetória da salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936-2006. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFCdAnexo.do?id=582> Acessado em 20/05/2010.
- MAIA, Rousiley C. M. O papel da sociedade civil em questão. Lua Nova. São Paulo. 81: 147-174, 2010. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n81/a07n81.pdf>



MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil A.; GOMES, Wilson S. (Orgs.). Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MARQUES, Francisco. Participação, Instituições Políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 53-79, jan./jun. 2010.

MINC (Ministério da Cultura). Cultura em 3 dimensões – Material Informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010, Brasília-DF, 2010.

(_____). Oito anos de Cultura – as políticas do ministério da cultura de 2003 a 2010. Brasília-DF, 2010.

(_____). 1ª Conferência Nacional de Cultura: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura. Matéria publica em 12 de agosto de 2005. Acesso em 12/03/2012. In: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/08/12/1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura-estado-e-sociedade-construindo-politicas-publicas-de-cultura/>

MURILO DE CARVALHO, José. Cidadania no Brasil – O longo caminho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC), Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. http://pnc.culturadigital.br/wpcontent/uploads/2011/12/Plano_Nacional_de_Cultura_Lei_12.343.pdf

PEC 416/05 de 16/06/2005. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

REIS, Paula Félix. Políticas Culturais do Governo Lula: Análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura, Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

REIS, Daniel. Entre arquivos e memórias: a respeito de uma narrativa audiovisual da CDFB. In: CNFCP. Em busca da tradição Nacional [1947-1964], 2008.

SILVA, Esteves Gecilda. e ALFRADIQUE, Cláudio Nascimento. A Importância da Participação Popular como Forma de Controle Social de Obras Públicas e Exercício da Democracia. In: XI Simpósio Nacional de Auditoria em Obras Públicas – XI SINAOP, Foz do Iguaçu, Brasil 2006.



TEIXEIRA, Elenaldo. Sociedade Civil e Participação cidadã no poder local. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

(_____). As dimensões da participação cidadã. Caderno CRH, Salvador, nº 26/27. p. 179-209. Jan/dez 1997.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 2005.